

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



Soberania em xeque: Groenlândia e a nova guerra fria no Ártico

ESTE E OUTROS 13 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 224 • 10 de Fevereiro de 2026

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Submarino USS Hampton \(SSN 767\) da Marinha dos EUA no Ártico](#)

Por: Kevin Elliott

Fonte: Flickr

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante Gustavo Leite Cypriano Neves

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) José Luiz Ferreira Canela

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) William de Sousa Moreira (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (EGN)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Gabriel Francisco Castro Aguiar (UFRJ)

REVISÃO E TRADUÇÃO

Mancy Mylene Soares Sant'Ana (UFRJ)

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9351 | E-mail: egn.nac@marinha.mil.br

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontradas na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.



ÁFRICA SUBSAARIANA

Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Gabriel Francisco Castro Aguiar (UFRJ)
José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)
Kenzo Brites Yamaguti (UFRJ)
Luísa Barbosa Azevedo (UERJ)
Rafaela Marinho Gonzalez Machado (UFRJ)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (UERJ)

AMÉRICA DO SUL

Bruna da Silveira Eloy (UFRJ)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Gabriel Augusto Almeida da Silva (UFRJ)
Guilherme Demmer Knippenberg (UFSC)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Matheus Moreira Alves (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Julia Santos Soares (UFRJ)
Kaike Ferreira Mota (UFRJ)
Taynah Pires Ferreira (UFF)
Rafael de Oliveira Maciel (UnB)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)
Yasmim Abril Monteiro Reis (San Tiago Dantas)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
João Gabriel Teixeira de Oliveira (UFABC)
Letícia Caroline da Luz (EGN)
Nathália Magalhães Macedo (UFRJ)

EUROPA

Amanda Maciel Fraga Montoiro (UFRJ)
Emerson Luiz Bento dos Santos (UFRJ)
Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Laura Meirelles Barros (UFF)
Lucas Salles Python Macedo (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

Julia Monteiro Mello Fróes e Silva (Unilasalle-RJ)
Maria Carvalho Pinto Puccetti (UFRJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFSC)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Eduardo El-Hader Fantini (UERJ)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Maria Clara Vieira Schneider Vianna (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)
Vitória de França Fernandes (UNIRIO)

RÚSSIA & EX-URSS

Anna Laura Silveira Lengruber (UFRJ)
Gastão Menescal Carneiro Neto (Unilasalle - RJ)
José Gabriel de Melo Pires (ECEME)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Marcelle Torres Alves Okuno (UERJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Rafael Prisco Cabral (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (EGN)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (PUC-Rio)
Gabriel Paradela Heil (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri Oliveira Mendes (Paris Nanterre)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)
Marina Araujo Rocha (UFF)

TEMAS ESPECIAIS

Gabriel Mendes Andrade (UERJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Maria Elena Andrade Barbosa (EFOMM)



SUMÁRIO

AMÉRICA DO SUL

Poder e Petróleo: a Venezuela sob vigilância externa	5
Suprindo a defasagem do sistema de Defesa antiaérea brasileiro	6

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Escalada de violência na Guatemala: da crise de segurança ao estado de sítio	7
--	---

ÁFRICA SUBSAARIANA

Xadrez no chifre de África: o jogo duplo do Reino Unido dentro da Somália	8
---	---

EUROPA

OTAN no Ártico: a posição estratégica dos países europeus com a expansão russa	9
--	---

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

O jogo de alto risco de al-Sharaa: entre Washington e o Norte Curdo	10
O Conselho de Paz de Trump e a reconfiguração externa da reconstrução de Gaza	11

RÚSSIA & Ex-URSS

DynoWiper e a projeção de poder russo: ciberataques como política de Estado	12
---	----

LESTE ASIÁTICO

China e a ascensão da guerra naval autônoma: implicações estratégicas para a Defesa	12
---	----

SUL DA ÁSIA

Impacto das novas alianças de Bangladesh na configuração geopolítica do Sul da Ásia	13
---	----

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

A Consolidação do Eixo Tóquio-Manila	14
--	----

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Soberania em xeque: a Groenlândia e a nova guerra fria no Ártico	15
--	----

TEMAS ESPECIAIS

O caso Maduro e as implicações no Direito Internacional	16
---	----

Artigos Selecionados & Notícias de Defesa	17
---	----

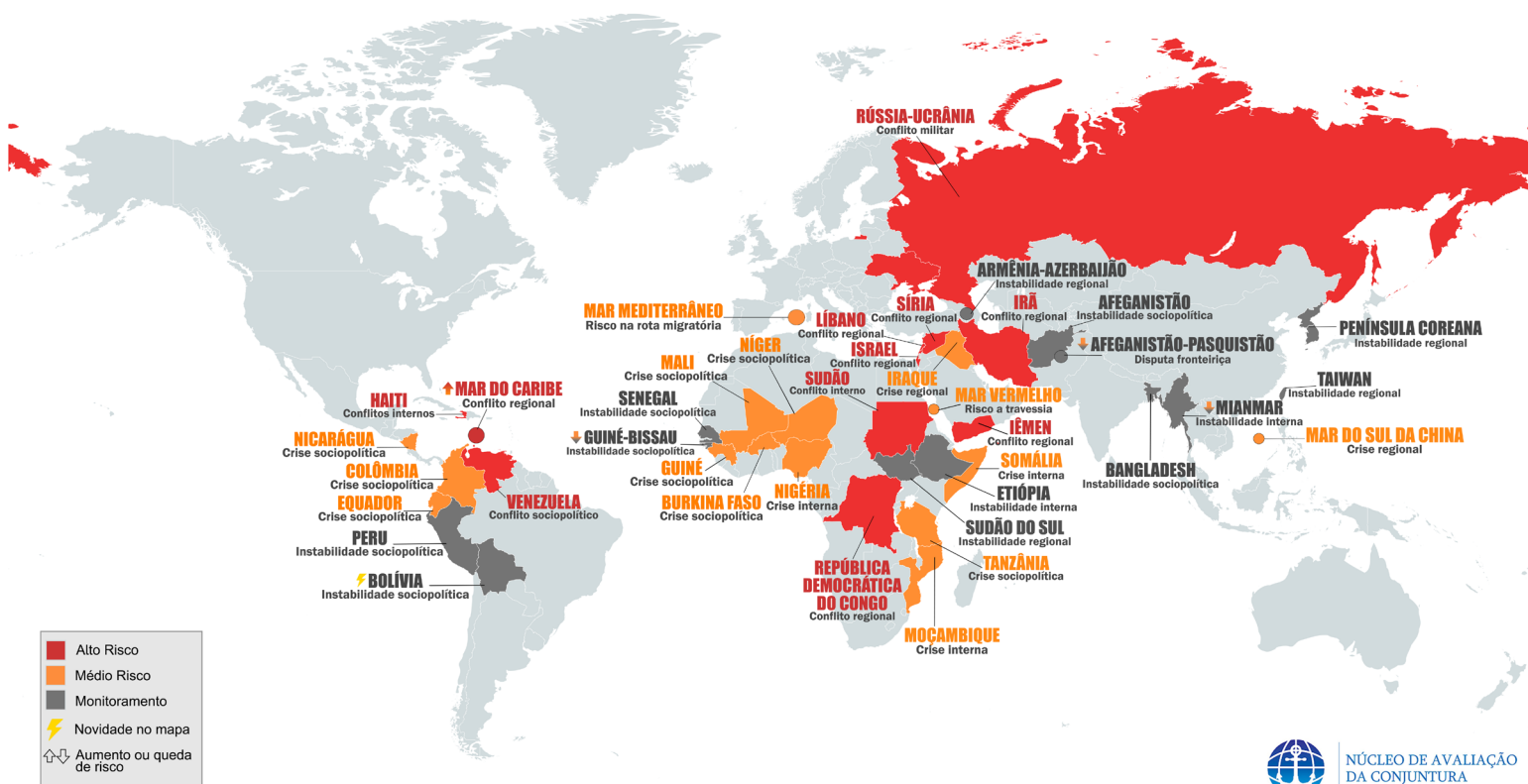
Calendário Geocorrente	17
------------------------------	----

Referências	18
-------------------	----

Mapa de Riscos	19
----------------------	----

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Por: Matheus Moreira



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19

Poder e petróleo: a Venezuela sob vigilância externa

Gabriel Augusto

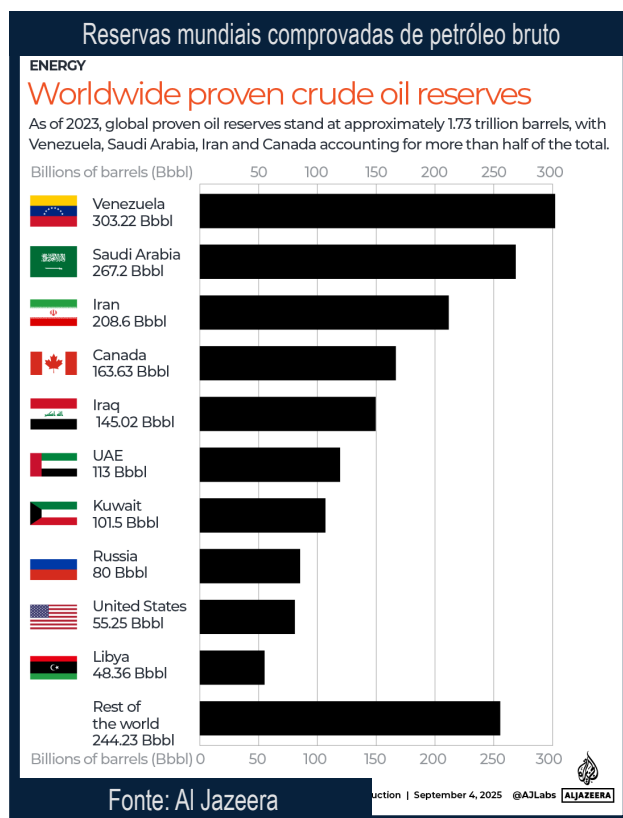
Em janeiro de 2025, Donald Trump iniciou seu segundo mandato como presidente dos Estados Unidos da América (EUA). Sob o slogan “*America First*”, o governo vem promovendo ações globais voltadas à expansão de seus interesses estratégicos, tais como uma maior projeção no continente americano, evidenciado nos recentes acontecimentos na Venezuela. O país sul-americano possui as maiores reservas comprovadas de hidrocarbonetos do mundo, tornando-se um ativo energético de alto valor para Washington, que já demonstrou interesse em ampliar sua influência direta sobre a política petrolífera venezuelana. Por outro lado, essa pressão estrangeira no território levanta dúvidas sobre uma possível perda de soberania e autonomia regional. Diante disso, questiona-se: o processo energético venezuelano está ameaçado?

De acordo com a Energy Institute, a Venezuela detém cerca de 17% das reservas globais de hidrocarbonetos, 303 bilhões de barris, à frente da própria Arábia Saudita — 14,9% —, líder da Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Apesar desse potencial, Caracas enfrenta, desde a última década, problemas na produção, principalmente pela falta de infraestrutura, tecnologia e sanções internacionais. Com a captura de Nicolás Maduro, o governo Trump conseguiu viabilizar a abertura de um novo mercado energético, do qual já foram extraídos 50

milhões de barris, resultando em US\$ 500 milhões com sua primeira venda. A circunstância posiciona os EUA em um espaço privilegiado de influência sobre atores do setor, sinalizando o primeiro movimento concreto de uma estratégia regional, ao passo que enfraquece a persuasão de países como China, Irã e Rússia.

Entretanto, o cenário interno do Palácio de Miraflores permanece instável. Apesar dos acenos à Casa Branca, como a flexibilização da Lei de Hidrocarbonetos, que rompe com o modelo de protecionismo chavista e abre o setor ao capital estrangeiro, o governo vem manifestando resistência à pressão estadunidense, e declarou estar saturado em seguir “ordens de Washington”. Nesse sentido, cabe destacar que tal tensão acentua o desgaste político de ambos os países, ao mesmo tempo que os EUA apontaram uma possível penalização aos mesmos moldes aplicados a Maduro à presidente interina Delcy Rodríguez, caso não haja cooperação efetiva.

Portanto, a relação entre poder e petróleo se cristaliza com a utilização aberta da coerção e do uso da força. Embora o futuro energético venezuelano permaneça incerto, torna-se evidente que o país, assim como toda a América do Sul precisará atuar de forma coordenada para preservar sua autonomia, demonstrando que a região possui Estados soberanos.



DOI 10.21544/2446-7014.n224.p05.

A carência das Forças Armadas brasileiras em sistemas de Defesa antiaérea de médio e longo alcance expõe uma lacuna na proteção do espaço aéreo nacional, especialmente se comparada à capacidade dos vizinhos, que operam sistemas como o “S-300” russo, tendo a exemplo regional a Venezuela. Para mitigar essa deficiência, o Exército Brasileiro (EB) decidiu, em janeiro de 2026, pela adoção do sistema italiano “Enhanced Modular Air Defence Solutions”(EMADS) como futuro sistema de Defesa antiaérea de média altura e alcance intermediário. Portanto, questiona-se as capacidades desse sistema e sobre os possíveis desdobramentos político-estratégicos após essa aquisição.

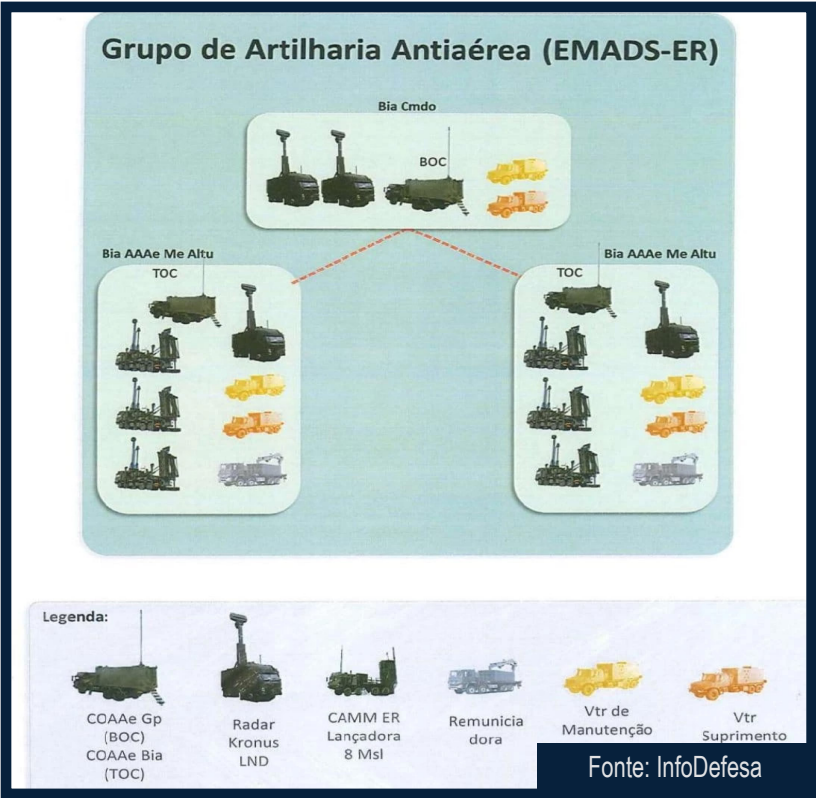
Tecnicamente, o “EMADS” representa um avanço em relação aos sistemas operados pelo EB, que se restringem a defesas de curto alcance, como mísseis portáteis e canhões antiaéreos “Gepard”, incapazes de engajar aeronaves, mísseis de cruzeiro ou drones em altitudes mais elevadas. O “EMADS” utiliza mísseis da família “Extended Range” (Camm-ER) com alcance superior aos anteriores, proporcionando cobertura em média altura de 360 graus para resposta imediata a ameaças de qualquer direção. Ademais, o sistema possui mobilidade elevada, devido a montagem sobre viaturas, que facilitam o deslocamento, além da integração com a rede de comando do EB. A flexibilidade tecnológica do “EMADS” permite integração com sensores nacionais,

como os radares brasileiros do tipo “M200 Vigilante”, promovendo ainda maior soberania sobre os dados e operações que sustentam a Defesa aérea nacional.

Sob a perspectiva político-estratégica, o “EMADS” traz impactos regionais e internacionais. Primeiramente, a aquisição desse sistema moderniza a capacidade dissuasória brasileira, reduzindo vulnerabilidades. fato que fortalece o papel do Brasil como ator estratégico no continente, equilibrando desníveis militares comparativos com países vizinhos dotados de sistemas como o “S-300”. Além disso, a decisão de optar por um sistema europeu, permite ao Brasil estreitar laços tecnológicos e políticos com fornecedores da União Europeia.

Finalmente, a interoperabilidade logística com outras Forças, por exemplo, a utilização do mesmo míssil nas fragatas da Marinha, impulsiona a integração e otimiza a cadeia de suprimentos. Essa racionalização impacta a economia de Defesa nacional e, em longo prazo, fortalece a Base Industrial de Defesa do país, abrindo espaço para acordos de transferência de tecnologia e produção local de componentes críticos.

Logo, ao mesmo tempo em que o “EMADS” preenche uma lacuna operacional histórica do EB, sua incorporação sinaliza um reposicionamento estratégico do Brasil no cenário de segurança regional, alinhando modernização tecnológica a escolhas diplomáticas e industriais.



Escalada de violência na Guatemala: da crise de segurança ao estado de sítio

Julia Soares

O recente decreto do estado de sítio na Guatemala, motivado por rebeliões simultâneas em unidades prisionais e pela atuação coordenada de organizações criminosas, reflete uma deterioração da segurança nacional. A capacidade operacional das gangues evidencia limitações estruturais do estado guatemalteco no exercício do monopólio legítimo do uso da força, afetando diretamente a estabilidade política do país. Nesse contexto, o crime organizado também assume caráter estratégico, ao produzir efeitos que extrapolam o âmbito doméstico. Diante das dificuldades estatais em enfrentar essas organizações, de que maneira a situação compromete a estabilidade política do país e gera repercussões geopolíticas?

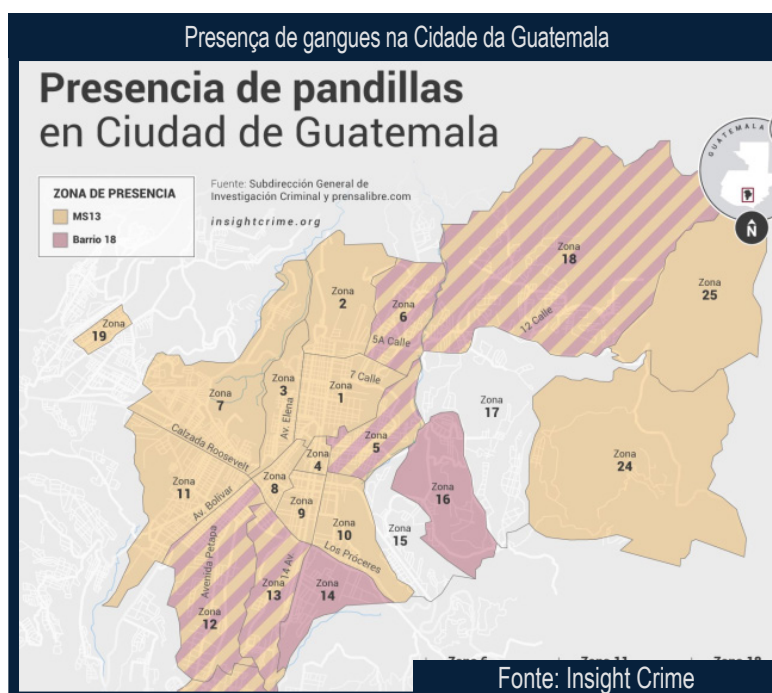
A crise teve início com motins coordenados em diferentes estabelecimentos prisionais, atribuídos a facções como a Mara Salvatrucha (MS-13) e o Barrio 18, grupos com histórico de atuação transnacional e elevado grau de capilaridade social. O surto de violência expôs as limitações do Estado em conter essas ameaças. Diante desse cenário, a decretação do estado de sítio constituiu uma resposta governamental voltada à ampliação da capacidade de atuação das forças de segurança ao restabelecimento da autoridade estatal frente à ofensiva das organizações criminosas.

Entretanto, a recorrência de medidas excepcionais evidencia a dificuldade do governo guatemalteco em enfrentar a ameaça das gangues de forma estrutural. A presença dessas organizações tanto no interior das prisões quanto em áreas urbanas, indica a existência de espaços

de governança paralela, onde a autoridade estatal é limitada ou contestada. Tal dinâmica compromete a legitimidade institucional e aprofunda a instabilidade política, ao reforçar a dependência de soluções emergenciais no campo da segurança.

No plano geopolítico, a fragilidade institucional da Guatemala possui implicações relevantes para a segurança centro-americana. As gangues operam em redes transnacionais, movimentando economias ilícitas, contribuindo para fluxos de violência, migração forçada e criminalidade que afetam países vizinhos e atores extrarregionais, como os Estados Unidos da América. Nesse sentido, a incapacidade de contenção dessas instituições posiciona a Guatemala como um vetor de instabilidade na arquitetura hemisférica de segurança.

Portanto, o avanço das gangues na Guatemala configura-se como desafio estratégico que transcende a esfera da segurança pública, afetando a estabilidade doméstica e produzindo efeitos geopolíticos regionalmente. A dificuldade do Estado em neutralizar essas organizações compromete sua capacidade de governança, impacta sua credibilidade internacional e amplia a necessidade de cooperação regional em matéria de segurança. Assim, os desdobramentos do estado de sítio serão determinantes para avaliar se a medida contribuirá para o fortalecimento institucional ou se aprofundará o país em um ciclo de instabilidade política e vulnerabilidade estratégica.



Xadrez no chifre de África: o jogo duplo do Reino Unido dentro da Somália

Kenzo Yamaguti e Rafaela Machado

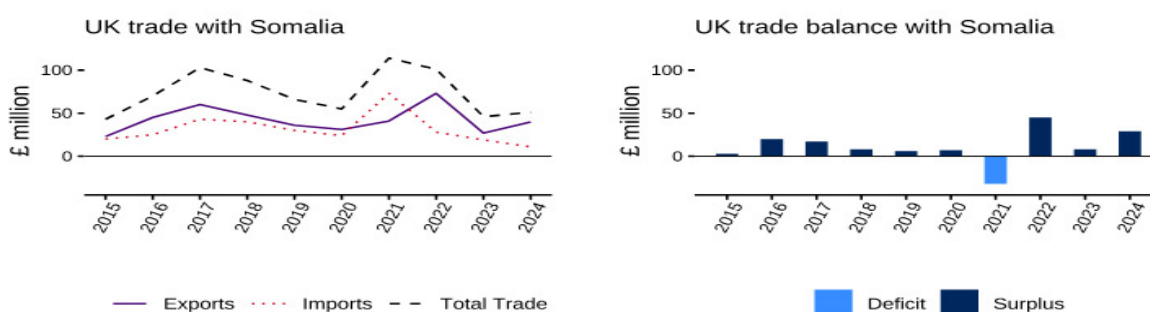
No dia 29 de dezembro de 2025, o Reino Unido reafirmou seu apoio à soberania da Somália perante o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além disso, destacou que apoia a unificação política do território, frente à complexa conjuntura vivida entre Somália e Somalilândia, adido ao conflito entre os territórios e o Al-Shabaab. Entretanto, tal discurso é contraditório pelo fato de Londres dispor de redes de comércio com o território autônomo, além de possuir co-propriedade do Porto de Berbera, na Somália. Sendo assim, surge a questão: qual a pretensão geopolítica do Reino Unido para o Chifre da África?

A atual estratégia do país europeu convencionou-se entre oferecer apoio à estabilização somali, ao passo que também investe nos corredores comerciais da região. Durante a referida reunião do Conselho de Segurança, Londres captou 30 milhões de dólares para Mogadíscio, ao mesmo tempo que enviou US\$ 22 milhões diretamente para a Missão de Apoio e Estabilização da União Africana na Somália (AUSSOM). Concomitantemente, o investimento no Porto de Berbera revela camadas mais profundas dessa estratégia. O local é reconhecidamente um ponto de abastecimento das Forças de Apoio Rápido (RSF, na sigla em inglês), organização paramilitar sudanesa, que atua ativamente no conflito do Sudão. Ao mesmo tempo, o uso do espaço é oferecido como moeda de troca da Somalilândia por reconhecimento internacional ([Boletim 212](#)).

Vale ressaltar que, ao exercer função essencial na economia regional, o porto se mostra estratégico, pois países da região sem acesso soberano ao mar o utilizam para escoar mercadorias no comércio internacional. Acrescido a isso, a infraestrutura exerce função securitária, pois dá acesso ao Oriente Médio e ao Norte da África, pelo Estreito de Bab al-Mandab. Tal posicionamento estratégico levou Israel a reconhecer o território autônomo em 26 de dezembro de 2025, ação reprovada por Londres, enquanto novos investimentos em Barbera eram aprovados pelo Parlamento inglês. Assim, o posicionamento do Reino Unido revela uma estratégia de ambiguidade proposital, pois a potência exógena mantém investimentos nas duas regiões e se beneficia dos recursos estratégicos.

Em síntese, a atuação do Reino Unido no Chifre da África é marcada pela lógica pragmática de poder, na qual o discurso de apoio à soberania somali coexiste com práticas contraditórias que aprofundam sua influência regional. Ao investir simultaneamente na estabilização de Mogadíscio e em ativos estratégicos da Somalilândia, Londres preserva flexibilidade diplomática, acesso a rotas comerciais críticas e capacidade de projeção de segurança, evidenciando que sua pretensão central não é a resolução do conflito, mas a manutenção de vantagens geopolíticas.

Balança de comércio entre Somália e Reino Unido



The data that are presented in the charts above are given in the table below in £ million:

Year	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Value of total trade	43	70	103	88	66	55	114	101	46	51
Value of exports	23	45	60	48	36	31	41	73	27	40
Value of imports	20	25	43	40	30	24	73	28	19	11
Trade balance	+3	+20	+17	+8	+6	+7	-32	+45	+8	+29

Fonte: Governo do Reino Unido

OTAN no Ártico: a posição estratégica dos países europeus com a expansão russa

Laura Meirelles

Com o término da Guerra Fria, o Ártico passou por um processo de relativa desmilitarização e redução das tensões geopolíticas. O slogan norueguês lançado nos anos 2000 “*High North, low tension*” (Alto Norte, baixa tensão) refletiu as dinâmicas da região até a incursão russa na Ucrânia em 2022. Os consequentes movimentos de expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a paralela demonstração de força russa voltaram a aquecer o “Alto Norte”, com destaque à Península de Kola. Nesse contexto, como os países europeus do Ártico articulam suas estratégias diante da expansão da presença naval russa em uma região de alto fluxo de rotas marítimas e abundância em recursos minerais?

A Finlândia ocupa um lugar estratégico no Ártico com a Lapônia, estendendo-se até o Círculo Polar Ártico e apresentando uma fronteira de 1.340 km com a Rússia. A capacidade finlandesa especializada concentra-se na Brigada Jaeger, a qual mantém uma força de prontidão permanente para operações no norte, treinando tropas para missões de reconhecimento, patrulhamento, anti-ataque e logística em contextos extremos. A expertise em operar nas condições regionais extremas, a grandiosa artilharia e o avanço em tecnologias de telecomunicação finlandeses se potencializam ao associarem-se com o poder da Marinha da Noruega, bem integrada nas estruturas da

OTAN e essencial contribuinte para o reforço na área.

Regiões setentrionais norueguesas estão em frente à Península de Kola — fundamental para a dissuasão nuclear e capacidade de retaliação nuclear russa —, colocando a Noruega na linha de frente do Ártico. Assim, sua atuação estratégica está nas disputas sobre o arquipélago de Svalbard e nas exportações de gás da Plataforma Continental norueguesa e do Mar de Barents. Apesar da limitação de recursos da Marinha Real — destaca-se o único quebra-gelo da Guarda Costeira, um recurso limitado em contextos de crise, considerando a extensão das águas sob sua responsabilidade —, as forças norueguesas abrigam o Centro de Excelência da OTAN para Operações em Clima Frio e participam regularmente dos exercícios da Organização.

Dessa forma, o crescimento da OTAN no Ártico prevê uma movimentação na dinâmica geopolítica regional, tendo em vista as alianças e a postura reforçada dos países. O investimento recente da Rússia na região é observado com relutância pelos países europeus, justificando a expansão das capacidades de operação e progressivos exercícios militares para proteger seus interesses, dada a grande importância estratégica disposta nos recursos naturais, na localização geoestratégica e na potência marítima do Ártico.



O jogo de alto risco de al-Sharaa: entre Washington e o Norte Curdo

Amanda Montoiro

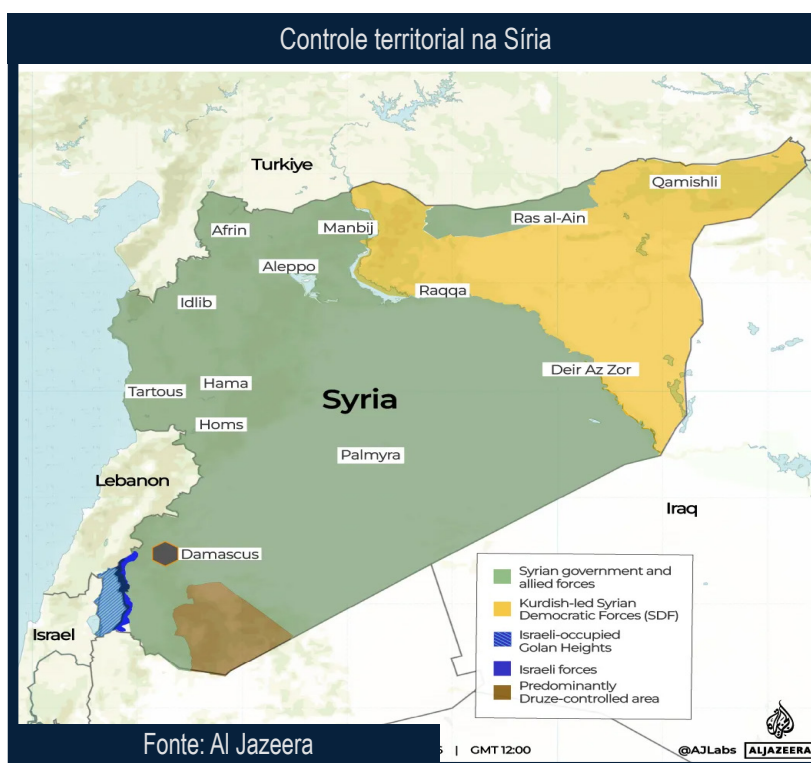
Após assumir a presidência interina em janeiro de 2025, Ahmed al-Sharaa tenta administrar as turbulências internas enquanto posiciona a Síria no cenário internacional em um nível inédito há décadas. De ex-combatente ligado à Al-Qaeda, que foi detido por forças estadunidenses em 2006, al-Sharaa tornou-se o primeiro líder sírio a atravessar os portões da Casa Branca. Essa reviravolta culminou nos eventos de novembro de 2025: a retirada das sanções da ONU e dos Estados Unidos da América (EUA) à Síria e a subsequente entrada do país como 90º membro da Coalizão Global para Derrotar o Estado Islâmico. Diante desse novo enquadramento internacional, a questão central passa a ser como essa reabilitação externa redefine os arranjos de poder no interior da Síria.

Em 2016, ao romper com a Al-Qaeda e fundar a Hayat Tahrir al-Sham (HTS), Ahmed al-Sharaa redirecionou sua atuação contra o regime de Bashar al-Assad. Com o êxito, a HTS foi formalmente dissolvida e transformada na espinha dorsal do atual governo. Por isso, ao aderir à coalizão internacional, o novo presidente buscou atenuar suas raízes jihadistas e projetar uma Síria unificada, reposicionando o eixo de poder no norte e pressionando diretamente o espaço político dos curdos. As Forças Democráticas Sírias (FDS) viram seu papel exclusivo no combate ao Estado Islâmico (EI) ser relativizado com a entrada de Damasco na coalizão e sua prontidão em assumir o controle dos centros de detenção do EI, o

que reduziu sua margem de influência nas negociações internas.

Como resultado, o frágil acordo de março de 2025 entre al-Sharaa e as Forças Democráticas Sírias ruiu em janeiro de 2026, após ofensivas do governo no norte do país. Em poucas semanas, Damasco expulsou as FDS de Aleppo e retomou áreas estratégicas no norte e leste sírio, incluindo campos petrolíferos, barragens hidroelétricas e instalações ligadas à custódia de combatentes do EI, como a prisão de al-Aqtan, em Raqqa. Diante disso, um novo acordo foi firmado em 30 de janeiro, com forte apoio dos EUA, França e da União Europeia. Ao estabelecer um cessar-fogo permanente e uma integração gradual de ambas as estruturas militares, de segurança e administrativas, o acordo troca o confronto aberto por barganhas institucionais: incorporação das FDS ao Estado, cessão de ativos estratégicos e a promessa, ainda incerta, de reintegração civil dos curdos sob a liderança central de al-Sharaa.

A guinada estratégica da Síria, portanto, reabre o jogo até então considerado perdido: a reintegração interna — e também internacional — da Síria. Se al-Sharaa conseguir equilibrar a aproximação com Washington e a reintegração efetiva de uma população curda historicamente marginalizada, poderá remodelar o equilíbrio de poder no Levante. Se falhar, arrisca transformar sua própria virada histórica em um breve interlúdio político.



O Conselho de Paz de Trump e a reconfiguração externa da reconstrução de Gaza

Eduardo El-Hader Fantini

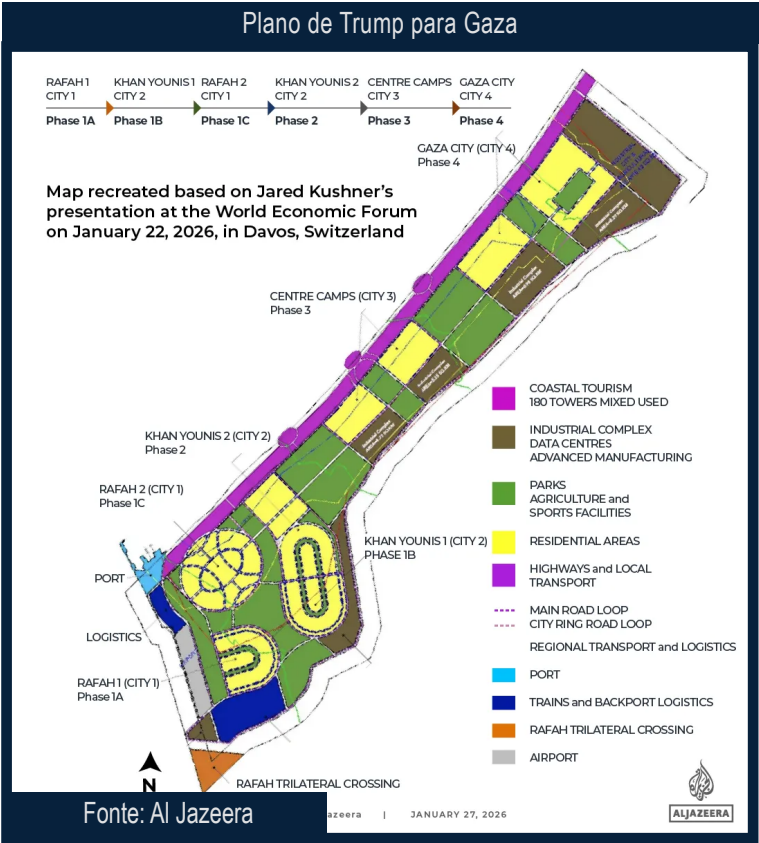
Em janeiro de 2026, o presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump, anunciou a criação do chamado Conselho da Paz, iniciativa que pretende liderar o processo de reconstrução e estabilização da Faixa de Gaza após o conflito na região. O anúncio, feito no Fórum Econômico Mundial de Davos, foi apresentado como uma alternativa pragmática à inação dos órgãos multilaterais tradicionais. No que consiste esse plano e como ele reflete uma possível estratégia mais ampla para a região?

O primeiro elemento central da iniciativa é o rompimento explícito com o multilateralismo arquitetado após o fim da Segunda Guerra Mundial. Ao criar um conselho independente da Organização das Nações Unidas (ONU), Trump busca concentrar em um novo arranjo institucional o controle político, financeiro e estratégico da reconstrução de Gaza. Trata-se menos de uma resposta humanitária coordenada e mais de uma tentativa de retirar das Nações Unidas e de fóruns coletivos a condução do processo, substituindo-os por um organismo moldado segundo interesses e prioridades de Washington. Essa postura está em linha com a visão histórica de Trump de que o multilateralismo limita a liberdade de ação dos EUA, ao mesmo tempo em que transfere custos e responsabilidades para parceiros que, segundo sua narrativa, pouco contribuem. Nesse sentido, o Conselho da Paz não apenas desafia a arquitetura internacional existente,

como também enfraquece a legitimidade dos espaços de negociação amplamente reconhecidos pela comunidade internacional.

O segundo eixo crítico está relacionado à natureza do projeto de reconstrução proposto e à ausência palestina no processo decisório. Integrantes da administração Trump, incluindo seu genro, Jared Kushner, já se referiram a Gaza como uma área de elevado potencial econômico e imobiliário, enfatizando sua localização estratégica no Mediterrâneo Oriental com a possibilidade de desenvolvimento urbano amplo. Essa visão transforma um território devastado por décadas de ocupação e conflito em ativo econômico. A exclusão de representantes palestinos do Conselho reforça a percepção de que a reconstrução será tutelada, principalmente, por potências ocidentais, reproduzindo uma lógica de administração indireta que ignora as demandas políticas, sociais e nacionais da população local.

Portanto, o Conselho da Paz anunciado por Trump pode ser compreendido como uma iniciativa geopolítica de reconfiguração do controle sobre Gaza, e não apenas como um esforço técnico de reconstrução. Ao combinar unilateralismo, interesses econômicos e ausência de participação palestina, o projeto tende a aprofundar questionamentos sobre legitimidade, soberania e a sustentabilidade política de qualquer solução imposta de fora para dentro.



DynoWiper e a projeção de poder russo: ciberataques como política de Estado

José Gabriel Pires

A instrumentalização russa do ciberespaço para fins político-estratégicos e militares repousa no abrangente conceito de Confronto Informacional. Segundo essa doutrina, a informação representa o ativo prioritário a ser controlado, com as operações no quinto domínio funcionando como um conjunto de ferramentas para esse fim. Nesse sentido, o conflito com a Ucrânia alçou esse domínio operacional aos holofotes. Na Rússia, os principais responsáveis pela condução desse tipo de operação são as agências de inteligência, que têm entre seus alvos Infraestruturas Críticas (IC) da Ucrânia e de aliados. Assim, busca-se compreender com maior profundidade o *modus operandi* de Moscou e a eficácia dessas incursões.

A doutrina de Confronto Informacional russa pode ser subdividida em duas grandes vertentes: uma informacional-tecnológica e outra informacional-psicológica. É importante ressaltar que ambas as vertentes são empregadas em conjunto, contudo, para fins analíticos, esse artigo se baseará na primeira. Desse modo, em janeiro de 2026, a ESET, empresa eslovaca de cibersegurança — cujos softwares e serviços são amplamente utilizados na Ucrânia — divulgou que, na última semana de dezembro de 2025, a IC de energia polonesa foi alvo de um *wiper* — um tipo de *malware* responsável por deletar dados e arquivos críticos de uma máquina, impossibilitando seu uso — nomeado

DynoWiper. Segundo o relatório, em função da sobreposição de táticas, técnicas e procedimentos utilizados, este ataque teria sido orquestrado pela Sandworm, unidade vinculada ao serviço de inteligência militar russo. O objetivo primordial seria o corte no fornecimento de energia elétrica para cerca de 500 mil poloneses, mas o ataque teria sido identificado e impedido com antecedência.

Esta não é a primeira vez que a Polônia foi alvo de um ataque cibernético dessa unidade russa. Em 2022, sua IC de transportes foi alvo de um ransomware ([Boletim 173](#)). No entanto, na ocasião, avaliou-se se tratar do transbordamento de um ataque direcionado à Ucrânia. De acordo com a ESET, o ataque de dezembro foi o maior sofrido pela Polônia em anos, com o agravante de ter a IC de energia do país como alvo prioritário.

Desse modo, o episódio destaca-se pela condução do ataque direcionado à Polônia — país da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e que não está diretamente envolvido no conflito —, não se tratando apenas do transbordamento dos efeitos de um ataque. Atacantes sofisticados, como aqueles associados a Estados, exploram habilmente o desafio da atribuição no ciberespaço. Todavia, a incursão também evidencia a capacidade da defesa de frustrar operações complexas e identificar seus perpetradores, municiando os tomadores de decisões no âmbito político-estratégico.

DOI 10.21544/2446-7014.n224.p12.

LESTE ASIÁTICO

China e a ascensão da guerra naval autônoma: implicações estratégicas para a Defesa

Júlia Fróes

Revelações recentes em feiras internacionais e relatórios especializados indicam uma aceleração consistente da China no desenvolvimento de sistemas militares não tripulados e tecnologias disruptivas, com implicações diretas para o equilíbrio estratégico marítimo. Durante a Doha International Maritime Defence Exhibition and Conference 2026 (DIMDEX, na sigla em inglês), Pequim apresentou o “Sharp Shark 10”, um veículo de superfície não tripulado (USV, na sigla em inglês) armado, projetado para missões de ataque, vigilância e operações costeiras.

A divulgação reforça a tendência chinesa de integrar capacidades ofensivas a plataformas autônomas, levantando questionamentos sobre como esses sistemas podem alterar a dinâmica de dissuasão naval no Indo-Pacífico e além.

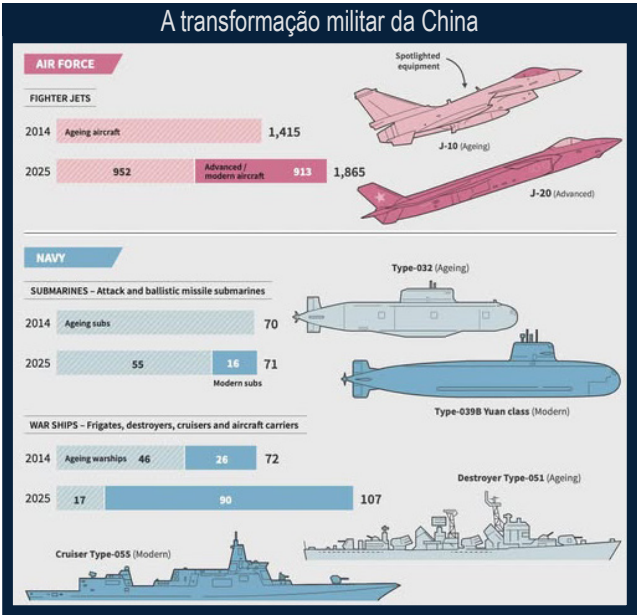
O “Sharp Shark 10” destaca-se por combinar autonomia, baixo custo relativo e armamento guiado, incluindo drones armados que permitem engajamentos contra alvos marítimos e terrestres sem expor tripulações. Esse conceito amplia a flexibilidade operacional da Marinha do Exército de Libertação Popular da China

(PLAN, na sigla em inglês), sobretudo em cenários de negação do uso do mar. Em paralelo, Pequim vem desenvolvendo e deslocando, em direção ao Mar do Sul da China, submarinos não tripulados de grande porte (XXL UUVs, na sigla em inglês) ([Boletim 221](#)) capazes de operar por longos períodos e transportar cargas úteis significativas, como sensores, minas ou armamentos.

A relevância estratégica desses sistemas se amplia quando considerada sua possível projeção além do entorno regional: ademais dos já citados recursos, há indícios de que o país esteja investindo em novos drones subaquáticos com alcance suficiente para operações transoceânicas, potencialmente ameaçando infraestruturas críticas e rotas marítimas distantes — inclusive na costa oeste dos Estados Unidos. Tal capacidade reduziria a vantagem geográfica tradicional de potências marítimas e reforçaria a doutrina *Anti-Access/Area Denial* (A2/AD), expandindo-a para um eixo mais global.

No campo tecnológico, esses avanços são acompanhados por investimentos em ferramentas quânticas, inteligência artificial e sensores avançados. Pesquisas em tecnologias quânticas prometem ganhos em comunicação segura, processamento de dados e detecção, enquanto novos radares “inteligentes” e sistemas capazes de captar energia eletromagnética visam aumentar a resiliência e a persistência dos meios militares chineses em ambientes contestados. Em conjunto, essas capacidades favorecem operações em rede e maior consciência situacional.

A convergência entre plataformas não tripuladas, autonomia avançada e tecnologias emergentes sinaliza uma mudança estrutural na postura de defesa chinesa. Ao reduzir a dependência de meios tripulados e ampliar o alcance de suas operações navais, Pequim pode reconfigurar a arquitetura de Defesa naval e segurança marítima, desafiando conceitos tradicionais de dissuasão e exigindo respostas adaptativas das marinhas adversárias nas próximas décadas.



DOI 10.21544/2446-7014.n224.p13.

SUL DA ÁSIA

Impacto das novas alianças de Bangladesh na configuração geopolítica do Sul da Ásia

Marina Araujo

Desde 2024, as relações entre Índia e Bangladesh entraram em uma fase de forte tensão, impulsionada pela queda da ex-primeira-ministra Sheikh Hasina, seu refúgio em território indiano e a recusa de Nova Delhi em extraditá-la, mesmo após sua condenação à morte por um tribunal bangladês em novembro de 2025. Em Daca, esses episódios foram interpretados como sinais de interferência indiana e de assimetria política, alimentando protestos anti-Índia e aprofundando a

desconfiança bilateral. Esse contexto acelerou o debate sobre a necessidade de maior autonomia diplomática de Bangladesh e levantou questões sobre os impactos desse reposicionamento no equilíbrio geopolítico do Sul da Ásia.

Durante o governo Hasina, Bangladesh manteve relações estreitas com a Índia, apesar de problemas estruturais persistentes, como o déficit comercial em favor de Nova Delhi, disputas sobre recursos hídricos

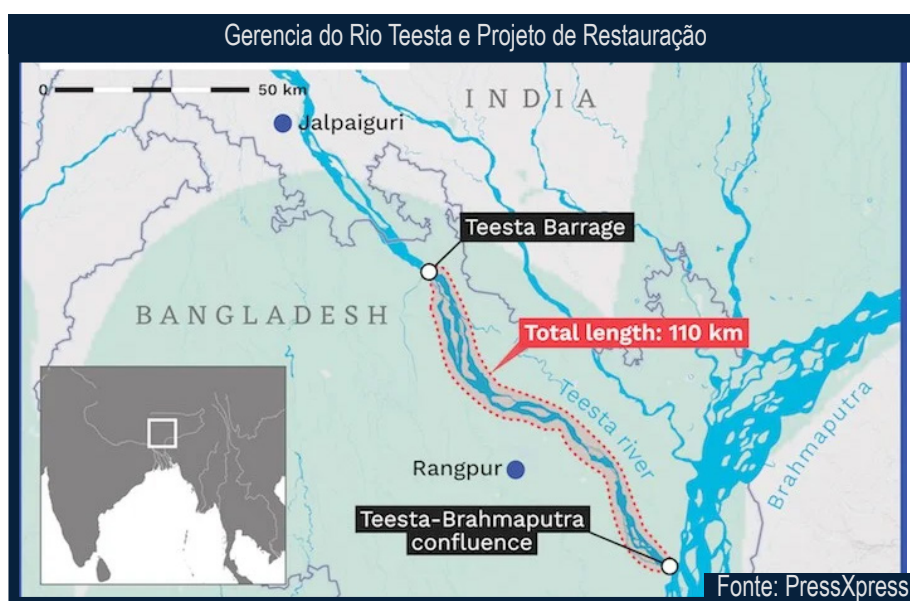
compartilhados e obstáculos às exportações bengalesas. A chegada de Muhammad Yunus ao cargo de conselheiro-chefe, em 2024, marcou uma inflexão nessa trajetória, com a adoção da política externa mais independente e a intensificação das relações com outros atores regionais, especialmente Paquistão e China.

A reaproximação com o Paquistão ocorre apesar do legado traumático da separação dos dois países em 1971. Nos últimos anos, contudo, observa-se uma normalização pragmática, baseada na retomada de contatos diplomáticos, cooperação técnica e negociações no setor de defesa, incluindo a possível aquisição de caças JF-17 "Thunder", desenvolvidos conjuntamente por Paquistão e China. Em agosto de 2025, o encontro entre o Ministro das Relações Exteriores paquistanês, Ishaq Dar, e Muhammad Yunus em Daca — o primeiro desse nível em 13 anos — simbolizou esse avanço, acompanhado por medidas concretas como a isenção de vistos para passaportes diplomáticos e o anúncio da retomada de voos diretos após hiato de mais de uma

década. Ainda assim, Bangladesh mantém cautela para evitar compromissos que reavivem tensões históricas.

Paralelamente, Daca aprofunda sua parceria com a China, especialmente no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota e em projetos de infraestrutura e segurança hídrica. A visita de uma delegação chinesa em janeiro de 2026 ao rio Teesta, compartilhado com a Índia, gerou forte apreensão em Nova Delhi, sobretudo pela proximidade com o corredor de Siliguri, área sensível para a segurança indiana. Esse episódio reforçou a percepção indiana de que Bangladesh pode se tornar mais receptivo à influência externa em zonas estratégicas.

Em conjunto, o desgaste com a Índia, a reaproximação cautelosa com o Paquistão e o aprofundamento dos laços com a China indicam o reposicionamento estratégico de Bangladesh, buscando a ampliação de sua margem de manobra e autonomia no Sul da Ásia, cada vez mais marcado por rivalidades estruturais.



DOI 10.21544/2446-7014.n224.p13.

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

A consolidação do Eixo Tóquio-Manila

Gabriela Veloso

Os laços de Defesa entre Filipinas e Japão começaram o ano de 2026 sendo intensificados. No último ano, os dois países já haviam implementado o *Reciprocal Access Agreement* (RAA, na sigla em inglês) e agora em janeiro, japoneses e filipinos assinaram o *Acquisition and Cross-Servicing Agreement* (ACSA). Essa aproximação no setor de segurança pode ter impacto nas dinâmicas do Indo-

Pacífico frente às novas tensões com a potência chinesa.

A relação entre Filipinas e Japão era focada em assistência econômica — o Japão chegou a ser a maior fonte de Assistência Oficial ao Desenvolvimento dos filipinos —, mas frente aos recorrentes esforços filipinos de modernização de sua Defesa, o relacionamento agora adquire status de parceria estratégica de defesa

operacional, pensando em conter as investidas chinesas, sobretudo no Mar do Sul da China (MSC) — pela perspectiva filipina. Manila tem se atentado cada vez mais à sua segurança territorial e marítima, por meio do conceito de Defesa Arquipelágica Abrangente. Dessa maneira, por também ser um país insular, Tóquio tornou-se um parceiro essencial para colaborar com o desenvolvimento de suas capacidades.

Quanto aos acordos, o RAA facilita a entrada de tropas e equipamentos japoneses para treinamento de combate e resposta a desastres. Já o ACSA permite a provisão recíproca de suprimentos logísticos como munição, combustível e alimentos, aumentando a interoperabilidade e a prontidão das forças filipinas. Além disso, por meio do novo programa de Assistência de Segurança Oficial, o Japão forneceu sistemas de radar de vigilância costeira e embarcações de patrulha, cruciais para monitorar a Zona Econômica Exclusiva

(ZEE) filipina. Nota-se, portanto, que Japão e Filipinas estão interligando suas frentes de segurança relativas à China, pois, enquanto Manila enfrenta constantes intimidações no MSC, Tóquio lida com pressões chinesas em torno das Ilhas Senkaku. Dessa maneira, o fortalecimento da defesa nas ilhas do norte das Filipinas e no sul do Japão pode complicar qualquer plano chinês de operação militar especial em Taiwan.

O novo acordo não constitui uma aliança formal de defesa mútua, mas cria uma arquitetura militar resiliente. Para as Filipinas, tal relacionamento com o Japão possibilita indiretamente maior integração em redes de alianças lideradas pelos EUA, incluindo parceiros como Austrália, Canadá e França. Contudo, o sucesso a longo prazo desta parceria dependerá da continuidade política frente às incertezas das mudanças de liderança e à escalada contínua das atividades marítimas chinesas.

DOI 10.21544/2446-7014.n224.p13-p14.

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Soberania em xeque: a Groenlândia e a nova guerra fria no Ártico

Letícia da Luz

Em 2026, a Groenlândia se tornou o epicentro de uma crise internacional: impulsionada pelo degelo do Ártico, que abre novas rotas marítimas e expõe vastos recursos minerais, a ilha deixou de ser apenas um espaço geográfico para se converter em um imperativo de segurança. A recente pressão dos Estados Unidos da América (EUA) para adquirir o território, sob ameaça de coerção econômica contra aliados europeus, rompeu as “ilusões” de estabilidade da aliança transatlântica da OTAN. A dinâmica de poder na ilha revela interesses divergentes que colidem no “Alto Norte” e, neste cenário, emerge a seguinte questão: até que ponto a disputa pela Groenlândia sinaliza o fim da segurança cooperativa e a consolidação de uma nova era de rivalidade geoeconômica, onde territórios e recursos são disputados pelas grandes potências?

Para a Rússia, o Ártico é primordial, sustentando 20% do seu PIB e a sua dissuasão nuclear, o que justifica a militarização agressiva da região para proteger a Rota do Mar do Norte. Simultaneamente, a China, autodefinida como estado “próximo do Ártico”, busca integrar a Groenlândia na sua “Rota da Seda Polar” e garantir acesso a terras raras, setor o qual Pequim já detém domínio global, além de minerais essenciais para a tecnologia moderna,

inclusive da indústria de Defesa. Em resposta a estes avanços euroasiáticos, os EUA adotaram uma lógica transacional: Washington vê a Groenlândia não apenas como um ativo de defesa essencial — como exemplo a Base de Pituffik —, mas como um recurso que deve ser controlado para negar vantagem estratégica aos rivais, mesmo que isso custe a coesão da OTAN.

Este cenário marca uma transição da diplomacia para a coerção geoeconômica. A disposição dos EUA em impor tarifas a parceiros como a Dinamarca e a aliados europeus para forçar concessões territoriais, transforma alianças históricas em hierarquias de dependência. A União Europeia encontra-se num dilema: apesar de possuir peso econômico, sua dependência militar dos EUA e de minerais críticos processados pela China limitam sua capacidade de resposta.

Em suma, a crise da Groenlândia indica que mesmo as mais antigas alianças, como a OTAN, podem sofrer abalos e passar por períodos de instabilidade, impulsionando mudanças em seu modelo de parcerias; no caso, de um formato baseado em regras, para outro baseado em relações transacionais. Ainda, a disputa pelo território expõe a vulnerabilidade da Europa, forçados a navegar entre a lealdade à aliança e a

um território gelado, mas um dos principais marcos de erosão do direito internacional e da solidariedade aliada provocada pela competição entre grandes potências.



- ▶ [The Global Risks Report 2026](#)
WORLD ECONOMIC FORUM
- ▶ [How China Wins the Future](#)
FOREIGN AFFAIRS, Elizabeth Economy
- ▶ [The 2026 National Defense Strategy by the Numbers: Radical Changes, Moderate Changes, and Some Continuities](#)
CSIS, Mark F. Cancian and Chris H. Park
- ▶ [Panorama Geopolítico de los Conflictos 2025](#)
CESEDEN
- ▶ [EURASIA GROUP'S TOP RISKS FOR 2026](#)
EURASIA GROUP

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Por: Kenzo B. Yamaguti

FEVEREIRO

Principais eventos entre 02 e 24 de fevereiro

02



NORUEGA
SECRETÁRIO-GERAL
ADJUNTO DA OTAN VISITA
A NORUEGA

08



JAPÃO
ELEIÇÕES
GERAIS

08



PORTUGAL
ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS

11



ESTADOS UNIDOS
REUNIÃO CHEFES
EM CONJUNTO DAS
AMÉRICAS

12



BANGLADESH
ELEIÇÕES GERAIS
DO BANGLADESH
E LANÇAMENTO DE
REFERENDO

13 - 15



ALEMANHA
CONFERÊNCIA DE
SEGURANÇA DE MUNIQUE

19-21



ÍNDIA
INAUGURAÇÃO DO
APEXBRASIL

24



BÉLGICA
REUNIÃO DO
PARLAMENTO EUROPEU

Poder e petróleo: a Venezuela sob vigilância externa

2025. JACKSON, Katherine. [US has taken oil from seized Venezuelan tankers, Trump tells NY Post](#). Reuters, 24 jan. 2026. Acesso em: 30 jan. 2026.

PARRAGA, Marianna; SCHEYDER, Ernest; SOLOMON, Daina; SOMASEKHAR, Arathy; ZHDANNIKOV, Dmitry. [Venezuela's oil and mining sectors: large potential, weak infrastructure](#). Reuters, 05 jan. 2026. Acesso em: 30 jan. 2026.

Suprindo a defasagem do sistema de Defesa antiaérea brasileiro

BASTOS, Paulo Roberto. [Exército Brasileiro define o EMADS italiano para o seu sistema antiaéreo de média altura](#). Tecnologia & Defesa, 09 jan. 2026. Acesso em: 30 jan. 2026.

RITTNER, Daniel. [Força avança em compra de defesa antiaérea; Itália deve fornecer sistema](#). CNN, 25 dez. 2025. Acesso em: 30 jan. 2026.

Escalada de violência na Guatemala: da crise de segurança ao estado de sítio

DELCID, Merlin. [Motins, policiais mortos e estado de sítio: Entenda a crise na Guatemala](#). CNN, 19 jan. 2026. Acesso em: 28 jan. 2026.

[Guatemala declara estado de sítio após rebelião em prisões](#). DW, 19 jan. 2026. Acesso em: 28 jan. 2026.

Xadrez no chifre de África: o jogo duplo do Reino Unido dentro da Somália

SABER, Indlieb Farazi. [Is the UK playing a double game in Sudan and Somalia?](#) Al Jazeera, 23 jan. 2026. Acesso em: 30 jan. 2026

[The United Kingdom reaffirms its support for the sovereignty, territorial integrity, political independence, and unity of Somalia: UK statement at the UN Security Council](#). GOV UK, 29 dec. 2025. Acesso em: 30 jan. 2026.

OTAN no Ártico: a posição estratégica dos países europeus com a expansão russa

MAYER, Paul. [Norway, Sweden, Finland: Europe's first line of Arctic defense](#). Security Outlines, [S. l.], 29 maio 2025. Acesso em: 24 jan. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. European Parliamentary Research Service. [Russia's geography, strategic islands and the Arctic: Europe's first line of defence](#). Briefing. Autor: Naja Bentzen. [S. l.]: European Parliament, mar. 2024. Acesso em: 24 jan. 2026.

O jogo de alto risco de al-Sharaa: entre Washington e o Norte Curdo

[What would Syria joining the US-led coalition mean for the fight against IS?](#) Syria Direct, 10 nov. 2025. Acesso em: 30 jan. 2026.

[Syria: Kurdish-led SDF and government agree integration deal](#). DW, 30 jan. 2026. Acesso em: 30 jan. 2026.

O Conselho de Paz de Trump e a reconfiguração externa da reconstrução de Gaza

[Board of Peace Set to Hand Trump Sweeping Powers Over Gaza](#). The New York Times, 27 jan. 2026. Acesso em: 29 jan. 2026.

[Trump rolls out his Board of Peace, but it's not clear how many leaders will join him](#). Associated Press, 22 jan. 2026. Acesso em: 29 jan. 2026.

DynoWiper e a projeção de poder russo: ciberataques como política de Estado

[Sandworm behind cyberattack on Poland's power grid in late 2025](#). ESET Research, 23 jan. 2026. Acesso em: 26. 2026.

VICENS, A. J. [Russian military intelligence hackers likely behind December cyberattacks on Polish energy targets, researchers say](#). Reuters, 23 jan. 2026. Acesso em: 27 jan. 2026.

China e a ascensão da guerra naval autônoma: implicações estratégicas para a Defesa

[China Unveils Sharp Shark 10 Armed USV at DIMDEX 2026](#). Naval News, 27 jan. 2026. Acesso em: 29 jan. 2026

[China's New Underwater Drones Could Threaten West Coast U.S.](#) Naval News, 10 dez. 2025. Acesso em: 29 jan. 2026.

Impacto das novas alianças de Bangladesh na configuração geopolítica do Sul da Ásia

[Why Pakistan is rushing to mend fences with Bangladesh](#) | Politics News | Al Jazeera, 02 jan. 2026.

[Bangladesh lets China envoy go close to Chicken's Neck](#) | India News - The Times of India 20 jan. 2026

A consolidação do Eixo Tóquio-Manila

[Japan and the Philippines sign a new defense pact as they face growing China aggression](#) CNN, 15 jan. 2026. Acesso em: 30 jan. 2026.

[Japan, Philippines sign new defence pacts amid surging China tensions](#) Al Jazeera, 15 jan. 2026. Acesso em: 30 jan. 2026.

Soberania em xeque: a Groenlândia e a nova guerra fria no Ártico

[Greenland and the End of Illusions in the Transatlantic Alliance](#). Research Center for Security and Geopolitical Studies, 23 jan. 2026. Acesso em: 30 jan. 2026.

[Special Report: Will the US seize Greenland in the next 12 months?](#) Sibylline, 22 jan. 2026. Acesso em: 30 jan. 2026.

O caso Maduro e as implicações no Direito Internacional

[International Law and the U.S. Military and Law Enforcement Operations in Venezuela](#). JustSecurity, 05 jan. 2026. Acesso em: 31 jan. 2026.

[The US capture of President Nicolás Maduro — and attacks on Venezuela — have no justification in international law](#). International Affairs Think Tank, 04 jan. 2026. Acesso em: 31 jan. 2026.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

Os valores em moeda expressos neste Boletim estão padronizados em Dólar Estadunidense, utilizando a conversão do Banco Central do Brasil, no dia da publicação desta edição.

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se links sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Matheus Moreira

► ALTO RISCO:

•HAITI - Conflitos internos: [Haití: al menos ocho pandilleros mueren tras operativo contra bandas en Puerto Príncipe](#). **Telesur**, 02 fev. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•IÊMEN - Conflito regional: [Houthis threaten escalation in the Red Sea if Iran is targeted](#). **MEMO**, 28 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•IRÃ - Conflito regional: [Iran's supreme leader warns of regional war if US attacks](#). **BBC News**, 01 fev. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•ISRAEL - Conflito regional: [Updates: Gaza under Israel fire as ‘desperate’ Palestinians seek supplies](#). **Al Jazeera**, 28 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•LÍBANO - Conflito regional: [Fresh Israeli airstrikes hit southern Lebanon](#). **Anadolu Ajansi**, 30 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•MAR DO CARIBE - Conflito Regional: [Inteligência dos EUA levanta dúvidas sobre cooperação de líder da Venezuela](#). **CNN**, 28 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Conflito regional: [Sobe para 300 número de mortos em mina de coltan](#). **DW**, 01 fev. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Ukrainians face tough weeks as Russia targets power sector during freeze](#). **Reuters**, 28 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•SÍRIA - Conflito regional: [Kurdish-led SDF agrees integration with Syrian government forces](#). **Al Jazeera**, 30 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•SUDÃO - Conflito interno: [ONU apreensiva após violência que deslocou 180 mil no Sudão do Sul](#). **UN News**, 29 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•VENEZUELA - Conflito sociopolítico: [Venezuela anuncia lei de anistia para centenas de presos políticos](#). **CNN**, 30 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

► MÉDIO RISCO:

•BURKINA FASO - Crise sociopolítica: [Junta militar dissolve todos os partidos](#). **DW**, 30 jan. 2025. Acesso em: 14 jan. 2026.

•COLÔMBIA - Crise sociopolítica: [Colombia restringe la importación de drones ante atentados guerrilleros](#). **France 24**, 29 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•EQUADOR - Crise sociopolítica: [Gobierno anuncia inversión de 180 millones dólares en equipamiento para combatir al crimen](#). **Nodal**, 27 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•GUINÉ - Crise sociopolítica: [Candidato exilado Fernando Dias regressou a casa](#). **BCC**, 31 jan. 2025. Acesso em: 02 fev. 2026.

•IRAQUE - Crise regional: [Iraq starts investigations into IS group detainees moved from Syrian camps](#). **France 24**, 03 fev. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•MALI - Crise sociopolítica: [Three West African juntas have turned to Russia. Now the US wants to engage them](#). **BBC**, 01 fev. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•MAR VERMELHO - Risco a travessia: [Houthis threaten escalation in the Red Sea if Iran is targeted](#). **Middle East Monitor**, 28 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026

•MAR DO SUL DA CHINA - Crise regional: [PLA conducts combat readiness patrols around Huangyan Island](#). **China Daily**, 31 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•MAR MEDITERRÂNIO - Risco na rota migratória: [Hundreds of migrants feared dead in Mediterranean shipwrecks since start of 2026](#). **Euronews**, 26 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•MOÇAMBIQUE - Crise interna: [O que se sabe sobre a 'pior enchente em uma geração' em Moçambique, que já matou mais de 100 pessoas](#). **BBC**, 31 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•NICARÁGUA - Crise sociopolítica: [Nicaragua's government says it's freeing detainees after pressure from the US](#). **AP News**, 16 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•NÍGER - Crise sociopolítica: [Nenhum grupo reivindica autoria do ataque contra aeroporto em Niamey](#). **Vatican News**, 29 jan. 2025. Acesso em: 02 fev. 2026.

•NIGÉRIA - Crise interna: [Florestas da Nigéria tornam-se refúgio para grupos armados](#). **DW**, 28 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026

•SOMÁLIA - Crise interna: [Somália enfrenta agravamento da crise de saúde e de desnutrição após temporadas de chuva insuficientes](#). **MSF**, 28 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026

•TANZÂNIA - Crise sociopolítica: [Banco Africano de Desenvolvimento aloca 98 milhões em poupanças para a conclusão de projeto rodoviário que fortalecerá a conectividade regional](#). **Grupo Banco Africano de Desenvolvimento**, 28 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026

► EM MONITORAMENTO:

•AFEGANISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [ISIL claims Kabul attack on Chinese restaurant that killed seven people](#). **Al Jazeera**, 20 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•AFEGANISTÃO E PAQUISTÃO - Disputa fronteiriça: [Tens of thousands flee northwest Pakistan's Tirah over fears](#). **Al Jazeera**, 28 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Instabilidade regional: [Azerbaijan ships Russian grain to Armenia as part of peace agenda](#). **Euronews**, 01 fev. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•BANGLADESH - Instabilidade sociopolítica: [Bangladesh court sentences ex-PM Hasina, UK lawmaker niece in graft case](#). **Al Jazeera**, 02 fev 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•BOLÍVIA - Instabilidade sociopolítica: [Gobierno respalda ley antibloqueos en debate en la Asamblea Legislativa](#). **Nodal**, 19 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•ETIÓPIA - Instabilidade interna: [World leaders urge restraint as clashes in western Tigray resume](#). **RFI**, 02 fev. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•GUINÉ-BISSAU - Instabilidade sociopolítica: [Guineenses na diáspora recusam novas eleições](#). **DW**, 02 fev. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•MIANMAR - Crise interna: [Myanmar crisis deepens five years after coup, as military ballot entrenches repression](#). **UN News**, 30 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2025

•PENÍNSULA COREANA - Instabilidade regional: [N. Korea fires multiple ballistic missiles toward East Sea](#). **The Korea Times**, 27 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•PERU - Instabilidade sociopolítica: [José Jerí anuncia intensificación de controles territoriales en Lima y Callao bajo estado de emergencia para sacar armas de circulación](#). **Nodal**, 26 jan. 2026. Acesso em: 02 jan. 2026.

•SUDÃO DO SUL - Instabilidade regional: [All the conditions for a human catastrophe are present](#). **UN NEWS**, 30 jan. 2026. Acesso em: 02 fev. 2026.

•TAIWAN - Instabilidade regional: [Taiwan tracks 4 Chinese military aircraft and 10 ships](#). **Taiwan News**, 25 jan. 2025. Acesso em: 02 fev. 2025.